

Comissão Mista vira balcão de negócios

Madalena Rodrigues

Em contagem regressiva para aprovar o orçamento da União até dia 15, quando começa o recesso do Congresso, os integrantes da Comissão Mista de Orçamento viveram dias febris na semana passada, numa disputa por fatias do bolo de recursos a ser distribuído ao longo de 1992. Na noite de quinta-feira, exibindo o cansaço acumulado em longas discussões, a deputada Irma Passoni (PT-SP) indagou ao deputado Hélio Rosas (PMDB-SP): “Como posso concordar com uma proposta de destinar Cr\$ 50 bilhões ao financiamento da agroindústria, exatamente com a redução do crédito para o plantio e o estoque regulador de alimentos?”

A dúvida que preocupou a deputada e outros parlamentares do do PT e do PSDB — como definir o que é prioritário para o país e como deve ser gasto o dinheiro arrecadado pelo governo com os impostos — tornou o debate do orçamento uma tarefa árdua para os membros dos partidos de oposição que integram a Comissão de Orçamento do Congresso.

“Estamos discutindo se um município vai ter uma escola ou não, ou se um estado deve ou não ter um posto de saúde, num momento em que o governo federal atravessa uma fragilidade financeira sem precedentes”, resumiu o deputado Aloísio Mercadante (PT-SP). Para Mercadante, já é tempo de a Comissão de Orçamento deixar de ser um balcão de negócios, em que emendas de parlamentares à proposta do Executivo seguem o velho figurino da caça aos votos. Para ele, a destituição do relator-geral do orçamento, deputado João Alves (PFL-BA), ocorrida há um mês sob acusações de favorecimento eleitoreiro a municípios baianos, foi apenas o início de um difícil processo de mudança de hábitos no trato dos recursos públicos. “A lógica ainda é eleitoreira e de favorecimento aos lobbies e ao corporativismo regional”, diz Mercadante.

A tentativa de privilegiar os estados de origem dos relatores do orçamento ficou flagrante nas últimas duas semanas. O deputado Cleonânio Fonseca (SE), do bloco do governo, relator do orçamento da LBA, tem sob sua responsabilidade a destinação de Cr\$ 230 bilhões, equivalentes a US\$ 884 milhões. Estreante na comissão, absorveu logo a prática de favorecer seu estado. Propôs a destinação de Cr\$ 1,4 bilhão a Sergipe. Antes de levar o relatório ao plenário da Comissão, foi convidado pelo deputado Sérgio Machado (PSDB-CE) a rever sua proposta, em negociação com a presença de outros parlamentares da oposição.

O resultado foi a redução de quase meio bilhão de cruzeiros na verba da LBA para Sergipe e uma distribuição mais equilibrada entre todos os estados da Federação. Numa sala apertada, Cleonânio foi o primeiro relator a abrir mão do excesso de verbas para seu estado. “Fui o primeiro a negociar com os outros partidos. Achei que era justa a redistribuição de verbas e sei que a minha atitude iniciou uma prática saudável”, analisou. O resultado final ainda foi de fartura para a LBA sergipana, que levou mais que 90% dos estados.

Sérgio Naya (PMDB-MG), um dos relatores do orçamento do Ministério da Aeronáutica, causou espanto ao destinar um quarto dos recursos para a construção de 30 aeroportos em pequenas cidades de Minas Gerais.